



O SÍTIO CAMPONÊS E A MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO AGRONEGÓCIO DO DENDÊ NA AMAZÔNIA PARAENSE

Jadson Albuquerque ¹

RESUMO: O agronegócio do dendê (palma africana) na Amazônia paraense tem dado sequência ao já conhecido processo de subordinação pela qual as formas de (re)produção da classe camponesa são submetidas no interior do desenvolvimento do modo capitalista de produção, notadamente o processo de subordinação da renda da terra. Dessa maneira, as unidades de produção familiar camponesas, os sítios camponeses, têm suas lógicas produtiva e social, em parte, redefinidas *pari passu* aos processos de monopolização do território e extração da renda da terra camponesa pelo capital, engendrados pela integração produtiva camponesa à agroindústria da palma. Analiso essas questões a luz de bibliografia que tratam sobre o tema e subsidiado por trabalhos de campo ocorridos entre os anos de 2018 e 2019 em comunidades rurais do município paraense de Tomé-Açu. A pesquisa aponta para o surgimento de novas ordenações internas nos sítios camponeses pesquisados, aumento na subordinação camponesa, novas estratégias dessa classe social para continuar produzindo e vivendo na/da terra, ao mesmo tempo que há a continuidade de relações próprias anteriores à produção por contrato, o que demonstra que a chamada dendeicultura não redefine todas as relações sociais camponesas em sua área de influência.

Palavras-chave: renda da terra; palma africana; integração produtiva; agricultura.

ABSTRACT: The oil palm agribusiness in the Brazilian state of Pará has been boosting the well-known process that the peasant class has faced inside the capitalist mode of production, mostly the subordination process of the land income. The peasant family production units, smallholding, have had their productive and social logics changed. They have in part, followed the territory monopolization process and peasant's land income extraction by the capital, brought by the peasant integration in the oil palm agroindustry. I analyze these themes using the specialized literature and fieldwork between 2018 and 2019 in Tomé-Açu's rural communities, in the state of Pará. The research has showed the following results: smallholding new arrangements, peasant subordination increased and current strategies coming from the peasants to continue their production and to have keeping themselves on their lands. In addition, the community bond remain preserved despite the contract with the oil palm companies. This has proved that the oil palm production did not change all kinds of social relationship in their area of influence.

Keywords: land income; oil palm; productive integration; agriculture.

Introdução

O que me dá mais renda é o que eu chamo de 'mãe de leite', é a mandioca, porque é na hora. O cara tá precisando do real, tá liso pra caramba, ele bota um carro de mão na frente vai empurrando ou joga a cangalha na costa do animal, chega lá na roça, arranca, chega no retiro, trata dela, joga no forno e quando é uma hora dessa (17h:00) se

¹ Doutorando do curso de Geografia Humana da Universidade de São Paulo – USP. E-mail: jcabano@usp.br



já tiver vendido, já tá com o dinheiro no bolso, é rapidinho.
(Entrevistado J. M. E. 23/01/2018)

Início com esse trecho da entrevista de um camponês integrado à cadeia produtiva da agroindústria do dendê em Tomé-Açu, Pará, que respondeu sobre sua fonte de renda e da insistência em manter a roça de mandioca mesmo tendo que dedicar-se também ao monocultivo da palma. Essa fala sintetiza um processo de resistência presente no interior do processo de monopolização do território (OLIVEIRA, 1999), conduzido pela agroindústria do dendê na Amazônia paraense do qual tratarei neste texto.

A produção de dendê na Amazônia paraense ganhou considerável destaque em trabalhos científicos tanto no âmbito da Geografia quanto de outras áreas do conhecimento sob diferentes enfoques². Porém ainda permanece como um tema pouco conhecido pelos que se dedicam à Geografia fora da Amazônia. Por ser um cultivo controverso, com grande potencial para reprodução do capital na Amazônia, e que em pouco tempo já demonstrou sua força econômica e política na disputa pelo território, deveria ser um tema mais apreciado.

Concentrado na mesorregião Nordeste Paraense, as plantações de dendê e a extração de óleos é direcionada, basicamente, para as indústrias de alimentos (óleo da polpa para alimentos processados e ultra processados) e cosméticos (principalmente óleo da amêndoa). Entretanto foi devido a política dos agrocombustíveis³ e da integração de unidades camponesa à essa cadeia produtiva, que o setor teve seu grande crescimento a partir do ano de 2004.

No presente artigo, busco analisar como se evidencia os processos de territorialização do monopólio e monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 1999) no setor do dendê em Tomé-Açu, dando destaque ao segundo processo, por compreender que é uma conceituação que explica a relação estabelecida entre os sítios camponeses e as agroindústrias no âmbito da integração produtiva para o fornecimento da matéria-prima para a produção do agrocombustível.

² Cf. Becker (2010); Nahum; Santos (2014, 2015, 2017); Oliveira Neto (2017); Homma; Vieira (2012); Brandão; Schoneveld (2015).

³Essa política, que não deixa de ser econômica, promove-se utilizando da denominação de biocombustíveis, na tentativa de escamotear a estreita relação que matem com o setor agronegocista, promovendo-o, em última instância, por meio da mera rotulação de “bio” na tentativa de passar uma imagem de produção sustentável, a chamada “produção verde”. Minha opção é pelo conceito de agrocombustível que indica uma associação danosa entre a produção de energia e o latifúndio rentista, resultando em um crescente processo de expropriação de camponeses, indígenas, quilombolas e intensificação da crise de comida no país ao destinar terra ao circuito de (re)produção do capital.



Outro objetivo de destaque deste artigo é analisar o papel que o sítio camponês, enquanto unidade territorial de produção da família camponesa, desempenha no interior do processo de monopolização do território pelo capital.

Esta pesquisa contou com uma revisão bibliográfica sobre os principais temas abordados, análise de dados secundários oficiais e trabalhos de campo prolongados durante os anos de 2018 e 2019 em três comunidades rurais no Tomé-Açu. Por ocasião dos trabalhos de campo, entrevistei 10 (dez) camponeses integrados à cadeia do dendê, 2 (dois) representantes sindicais⁴ e o secretário de agricultura municipal. Utilizei um roteiro semiestruturado de perguntas deixando os entrevistados responderem livremente com o objetivo de tomar conhecimento da compreensão que fazem dos projetos de dendê, respeitando o limite e o perfil de cada um.

A pesquisa aponta para um aumento da autoexploração do trabalho familiar nos sítios camponeses integrados à agroindústria do dendê que foram alvos desta pesquisa. Há também uma certa perda de autonomia produtiva dessas famílias submetidas à produção por contrato, em razão do tempo e da força de trabalho que dedicam à monocultura da palma. Além disso, em função da contradição interna presente na reprodução do modo capitalista de produção no campo, é possível vislumbrar os processos de resistência e de recriação do campesinato enquanto uma classe social da sociedade capitalista (MARTINS, 1996; OLIVEIRA, 1999). Nesses processos, destaco, igualmente, uma ampliação do papel da mulher nesses sítios camponeses, passando a direcionar os rumos da produção do sítio.

Nesse sentido, a realidade nascente nesses sítios, caracteriza, ao mesmo tempo, uma resposta à integração produtiva camponesa à agroindústria do dendê e um processo de resistência das formas próprias do campesinato no interior do desenvolvimento capitalista no campo paraense, tendo em vista a permanência da relação triádica: terra, trabalho e família.

O processo de territorialização do monopólio e a estrutura fundiária de Tomé-Açu

Ao demonstrar, a seguir, o quadro da malha fundiária de Tomé-Açu (PA), chamo atenção para a necessidade da presença de dados sobre propriedades fundiárias nas pesquisas que analisam o campo e a questão agrária brasileira. A partir dos dados que trago, é possível vislumbrar, de maneira geral, o contexto da atuação dos empreendimentos agroindustriais do

⁴ Um do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e outro do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF)



dendê no que diz respeito à estrutura fundiária municipal, além de permitir compreender a realidade territorial de onde se assenta esta pesquisa.

A propriedade da terra em Tomé-Açu medida pelos imóveis - 2003/2013									
Classificação do Imóveis*	2003				2013				Crescimento da Área %
	Número	%	Área (ha)	%	Número	%	Área (ha)	%	
1. Minifúndio	1.529	66,1	39.077	9,3	1.751	64	44.649,12	7,67	14,2
2. Pequena Propriedade	589	25,5	47.913	11,4	658	23,7	52.229,39	8,98	9
3. Média Propriedade	90	3,9	37.090	8,8	176	6,4	82.695,20	14,22	122
4. Grande Propriedade	102	4,4	295.616	70,1	130	4,7	393.840,30	67,75	33,2
5. Situação não informada	3	0,1	1.827	0,4	33	1,2	8.077,78	1,38	342
TOTAL	2.313	100	421.523	100	2.748	100	581.491,79	100	37,9

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Organização: autor, 2018.

Os dados consideram o período entre os anos de 2003 e 2013. Nesse quadro é possível observar a predominância em números dos minifúndios e das pequenas propriedades. Situação que se inverte quando a referência é o tamanho de área, na qual prevalecem a grande propriedade e as propriedades em “situação não informada”, tendo esta apresentado um aumento de área na ordem de 342%.

De modo geral, os dados sobre Tomé-Açu acompanham a tendência de crescimento observada no Brasil nos últimos anos que pode estar relacionado tanto ao esforço oficial de cadastramento quanto a necessidade dessa informação para acessar crédito bancário, entre outros. De todo modo, esses dados demonstram o quanto a terra está concentrada na mão de poucos proprietários. A grande propriedade que não corresponde a 5% do número total de imóveis, concentra quase 68% das terras, ao passo que os minifúndios representam 64% do número de imóveis, porém ocupam menos de 8% das terras.

Essa realidade é facilmente detectada em campo, especialmente nas comunidades rurais, onde as pequenas propriedades predominam. Essa era a realidade da camponesa de 34



anos L. S. N., juntamente com seus pais e sete irmãos, até ser forçada a migrar em busca de uma terra para si própria, em que pudesse trabalhar, segundo ela porque “a terra dos meus pais é muito pequena pra muita gente”, de acordo com a entrevistada, essa situação foi agravada pelo avanço das atividades de um latifundiário para dentro das terras da família.

Esse contexto é parte integrante do processo de territorialização do monopólio (OLIVEIRA, 2004), do qual as empresas do dendê também se utilizaram. Nesse processo as empresas compram terras para implementar e expandir as áreas de plantio e, em alguns casos, podem provocar o cercamento de sítios camponeses ou forçam, frequentemente, a saída desses sujeitos para outros espaços como a cidade ou o próprio campo. A territorialização do dendê em Tomé-Açu aconteceu de forma acelerada, inclusive operando uma espécie de “fagocitose” de áreas camponesas conforme o seguinte relato de Laerci Ferreira, secretário do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF) do município.

Aqui onde tá devastado ela (a empresa) plantou dendê, aqui onde ela tinha mata ela deixou como reserva, eles (camponeses) estão invadindo a reserva. Aí eles (camponeses) vêm no sindicato pra ver, a gente acaba indo nos órgãos competentes, coloca o GPS e a maioria das áreas eles (órgãos) estão detectando que não está legalizada no nome da firma, pelo contrário, aqui dentro a gente encontra alguns títulos pequenos aqui por dentro (área da empresa) no nome dos agricultores, ex-dono, antigos donos com títulos definitivos. Então tem áreas que a firma tem consciência que ela não legalizou, não deu tempo de legalizar e ela tá abrindo mão. (Laerci Ferreira. Entrevista realizada em 31/07/2018)

A partir desse relato, é possível identificar a velocidade com que se deu o processo de territorialização do dendê no município, inclusive ignorando a legalidade, já que há, segundo o entrevistado, títulos de terra válidos de camponeses dentro das áreas que a empresa reclama como sendo suas.

Tendo em vista tais inconsistências, algumas famílias camponesas ocuparam algumas áreas de uma empresa de dendê. Segundo o secretário do SINTRAF, naquele momento, existiam doze famílias camponeses ocupando o local, segundo ele, essas famílias saíram do campo para a cidade e agora estão buscando formas de retornar para a terra.

A rigor, no processo de territorialização não haveria espaço para a permanência do campesinato, isto é, não poderiam ocupar a mesma área. No entanto, essa situação em andamento em Tomé-açu demonstra sua complexidade que só é possível de ser explicada em razão da maneira com que a empresa operou ao comprar a área da qual o entrevistado se



referiu, a revelia do devido processo legal para aquisição da terra. A inconsistência na titulação da área, revelada pela existência de outros títulos de terras ali, abriu uma brecha para que uma parte dessas terras fossem ocupadas por famílias camponeses.

Tal situação demonstra a incessável busca camponesa por permanecer na terra, mesmo que as condições aparentem ser impossíveis e, comumente, requerem grande empenho no enfrentamento de adversidades. Nesse sentido, essa busca pela terra e por continuar se reproduzindo enquanto camponeses é, a meu entendimento, parte da dimensão social/moral camponesa que não se submete à proletarização, comum das cidades, e, quando muito, passam esporadicamente por períodos de proletarização, geralmente, para manter sua produção agrícola e a satisfação econômica da família em momentos extraordinários (TAVARES DOS SANTOS, 1984).

Ao camponês – como também ao indígena – são atribuídos o duvidoso prestígio da permanência e o discutível mérito da quietude. Os agricultores domésticos e suas comunidades são vistos como relíquias de tempos passados e esse fato tende a ser considerado uma virtude. A condição camponesa não é uma repetição, mas uma mudança; um modo específico de mudança. Há uma tendência em querer ver o produtor doméstico enraizado em alguma tradição ou comunidade agrária sempre idênticas como se um simples desvio de sua parte fosse um sinal de que ele estivesse se corrompido. Na realidade, são poucos os espaços sociais que apresentam tanta plasticidade quanto o rural (VERGÉS, 2011, p. 75)

Com base nessa compreensão de que a condição camponesa é um contínuo processo de mudança e de adaptações, estou em desacordo com entendimento da existência de um campo sem camponeses, de que há um processo de conversão dos sítios camponeses em lotes de dendê no Nordeste Paraense (NAHUM; SANTOS, 2017).

. Minha compreensão perpassa pelo entendimento de que o território é uma totalidade e que comporta um constante devir de fluxos e contrafluxos, e de contradições que se retroalimentam. Nesses termos, estou em acordo com o que expõe Oliviera, ao afirmar:

O processo de construção do **território** é, pois, simultaneamente construção/destruição/manutenção/transformação. É em síntese a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Logo, a construção do **território** é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução. (OLIVEIRA, 2008, p. 6) (grifos no original)



A partir da compreensão desse autor sobre o processo de construção do território, é possível portanto entender que o campesinato, enquanto classe da sociedade capitalista, é parte integrante dessa dinâmica que anima o território. Dessa maneira, a condição camponesa não está dada, aliás nem uma realidade social está, senão em constante movimento, adaptando-se e mesmo associando-se à outras formas de realização diante dos imperativos condicionados pelo modo de produção em vigência. Isto porque a realidade é essencialmente contraditória. Nesse sentido, analisar o movimento de expansão do sistema capitalista e suas crises, é ponto chave para compreender a forma como as variadas relações sociais se desenvolvem.

O capital não pode desenvolver-se sem os meios de produção e forças de trabalho existentes no mundo inteiro. Para estender, sem obstáculos, o movimento da acumulação, necessita dos tesouros naturais e das forças de trabalho existentes na superfície terrestre. Mas como estas se encontram, de fato, em sua grande maioria, acorrentadas a formas de produção pré-capitalistas – este é o meio histórico da acumulação de capital – surge, então, o impulso irresistível do capital de apoderar-se daqueles territórios e sociedades. (LUXEMBURGO, 1976, p. 315).

Em que pese à integração produtiva de sítios camponeses à agroindústria do dendê, é imprescindível analisar tal processo com cautela e buscando acompanhar as mudanças que fazem parte dessa relação entre o campesinato e as empresas de dendê, havendo efeitos em ambas as partes.

Segundo o IBGE, os plantios de dendê em Tomé-açu estão presentes, pelo menos, desde 1989, com uma produção de baixa expressão advinda de propriedades de nipo-brasileiros que era comercializada com a empresa Agropalma S/A em Tailândia, município limítrofe. A área plantada aumentou a partir de 2010 em razão da política do agrocombustível, já citada, e do lançamento do Plano Palma Verde, lançado no mesmo ano na cidade de Tomé-Açu.

As empresas que se instalaram no município foram: Biopalma da Amazônia S.A. e Belém Bioenergia (BBB), aquela em 2009/2010 e esta, em 2011.⁵

Segundo a Biopalma, mencionado em Sousa (2018), até dezembro de 2016, a empresa abrangia uma área de 56.487 mil ha de dendê plantado em terras próprias e 6.500 mil ha nas

⁵ Em 2020 a Biopalma foi comprada pela empresa do ramo energético, Brasil Biofuels (BFF) e, em 2019, a Petrobrás vendeu sua parte na Belém Bioenergia para a empresa portuguesa Galp.



unidades camponesas, perfazendo um total de 650 famílias em todos os polos de atuação da empresa, o que abrange dez municípios, entre eles Tomé-Açu.

Como dito anteriormente, o óleo de palma não tem sido destinado para a produção do agrocombustível, mas principalmente para a indústria alimentícia. Sousa (2018) afirma que o agronegócio do dendê na mesorregião Nordeste Paraense cresce sob a lógica produtiva e comercial do óleo de palma (óleo comestível). Em 2014, havia, em toda mesorregião, 1.442 famílias camponesas produzindo dendê sob contrato com empresas como a ADM, BBB e Biopalma, que juntas concentravam 81,1% desses contratos (BRANDÃO; SCHONEVELD, 2015).

Antes mesmo da chegada dessas empresas nessa mesorregião, com destaque para a Biopalma, começou uma corrida pela compra de terras conduzida, principalmente, por comerciantes da região que operavam comprando pequenos lotes para formar uma grande propriedade e então revender para a agroindústria do dendê.

Teve um cidadão, ele saiu comprando uma certa área aqui e ali, comprou do Pedro, do Joaquim, do Antônio e foi comprando e aí pegou e vendeu pra firma. Então ele era uma espécie de atravessador. (Entrevistado Laerci Ferreira, 31/07/2018)

A empresa, a princípio, primou pela compra de terras, tendendo a territorializar-se, ou seja, uma territorialização do monopólio (OLIVEIRA, 2004). Esse processo gerou e ainda é fonte de conflitos até os dias atuais, envolvendo famílias camponesas e indígenas, a exemplo do povo Tembé (DAMIANI, 2017; THURY; RIBEIRO, 2016).

No que tange aos conflitos envolvendo famílias camponesas, um entrevistado falou a respeito de um episódio de conflito envolvendo a Biopalma no Km 12 da rodovia PA 140 em que o fazendeiro vendeu uma área à empresa ocupada por famílias camponesas. Na ocasião houve tensão entre a empresa e essas famílias que chegaram a atear fogo em máquinas da empresa.

Um fator importante da territorialização do campesinato é, sem dúvida, a luta pela terra e as políticas de reforma agrária que possibilitaram a expansão dos territórios camponeses. Todavia, a expansão e o refluxo dos territórios são resultados de conjunturas econômicas e com a nova onda da agroenergia, há a tendência de expansão principalmente do território capitalista. Mas além desta tendência, o capital tem o poder de se territorializar mais rápido que o campesinato por causa das desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista, que expropria o campesinato de seus territórios. A territorialização do campesinato ocorre predominantemente por



meio da luta popular e de políticas públicas. (FERNANDES, 2008, p. 17)

Segundo Laerci Ferreira foi a partir desse episódio de conflito entre os anos de 2010 e 2011 que a empresa buscou ajuda, em suas palavras, do SINTRAF para começar os contratos de terceirização da sua produção em terras camponesas, dando início ao processo de monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 1999), em que a empresa não precisa imobilizar capital com a compra de terras e transfere parte de sua produção para a responsabilidade de algumas famílias.

Monopolização do território e o processo de recriação camponesa

A pesquisa demonstra que o agronegócio do dendê na Amazônia, é muito mais que a expansão de uma monocultura, é, na verdade, uma face da territorialização do capital inserida em uma edição social-ambiental-sustentável da fronteira amazônica, no plano ideal, mas que na verdade subordina a natureza e o campesinato como forma de garantir as condições de produção do capital, no plano real.

No plano ideal, o agronegócio do dendê no Pará está revestido pelo discurso de cuidado com a natureza e de responsabilidade social, encaixando-se no paradigma para o qual a fronteira passa a ser “tecnológico-ecológica ou sócio-ambiental” na qual o futuro precisa ser levado em consideração (CRUZ, 2006, p. 83).

Dessa maneira, esse setor tem erigido um ambicioso projeto econômico na Amazônia, com o discurso de preservação da biodiversidade regional. Isso significa dizer que a lógica de territorialização das empresas do dendê já carrega em si um processo histórico de dominação e sujeição das relações espaciais onde aportam, pois não se desvincularam do *modus operandis* com que atuam tais projetos na Amazônia, aprisionando a terra, cooptando as estruturas público e privadas e subordinando os grupos sociais em sua área de influência.

Desde o período colonial aos dias atuais, a Amazônia brasileira esteve inserida de modo desfavorável no mundo ocidental, ocupando a condição de um simples lócus privilegiado de exploração de matérias-primas de toda a ordem – de gente a produtos naturais – e de acumulação de riqueza pelos países centrais (LOUREIRO, 2009, 34).

Esses apontamentos são base para a compreensão da existência do processo de monopolização do território (OLIVEIRA, 1981) pela agroindústria do dendê que opera por meio da integração produtiva. Nesse processo, o capital não se territorializa e o capitalista não é o dono da terra, mas controla o que nela é produzido. Por conta dessa característica, é um



processo que oportuniza a recriação camponesa, pois a permanência camponesa é indispensável.

A integração de sítios camponeses à cadeia agroindustrial do dendê sob o pretexto de produção de agrocombustível surgiu com o Plano Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) em 2004. Com o PNPB foi promulgado o Selo Combustível Social (SCS) que garante vantagens financeiras às agroindústrias que celebram contrato com camponeses e as garante certas vantagens⁶, devendo a indústria adquirir um percentual mínimo de matéria-prima proveniente desses agricultores, o que para a região Norte corresponde a 15% (MDA, 2014).

A integração de unidades camponesas, por meio das políticas do agrocombustível, reserva a particularidade de possuir, ao menos do ponto de vista do discurso ao entorno desse projeto, um forte apelo social, por ser “uma grande oportunidade de inserção das mais de quatro milhões de famílias de agricultoras e de assentados da reforma agrária na cadeia de produção do biodiesel no Brasil.” (BRASIL, 2011, p. 6).

Peixoto (2016), ao analisar o contexto goiano acerca do PNPB, afirma que suas características poderiam colaborar na reprodução sociocultural e econômica da agricultura camponesa, todavia suas prerrogativas institucionais não se concretizam de forma efetiva, ficando apenas na retórica oficial.

Ao observarmos os dados oficiais que dizem respeito ao SCS e, especificamente ao que concerne a produção do agrocombustível do dendê, podemos concluir que esse artifício institucional voltado para a chamada inclusão social da agricultura camponesa na produção de energia, não avançou e permanece apresentando resultados distantes dos propagandeados pelas empresas e pelo governo. Atualmente não há nenhuma empresa de dendê com o SCS.

Segundo a Associação dos Produtores dos Produtores de Palma, em 2014, 1.124 agricultores camponeses estavam integrados à cadeia produtiva da oleaginosa, o que corresponde a um total de 30.461 hectares perfazendo 15% da área total plantada em 2014 (ABRAPALMA, 2014).

A implementação desses projetos de integração em Tomé-Açu deixou evidente um território permeado de conflitualidades, de tensões e disputas. Os contratos foram fechados à revelia das entidades representativas, firmados individualmente com cada camponês. Essa foi

⁶ Favorecimento para empréstimos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), desobrigação de impostos e ter prioridade nos leilões da Agência Nacional do Petróleo de Biocombustível (ANP).



uma queixa recorrente do STTR percebida em campo e foi um elemento igualmente destacado por Sampaio (2014) em Tomé-Açu.

Esta via de desenvolvimento tardia do capitalismo tem sido marcada pela forte presença da instância política na condução de uma acumulação primitiva garantida por mecanismos extraeconômicos de colonialismo interno. Acumulação primitiva que, por seu turno, se processa concomitantemente com a acumulação propriamente capitalista e realiza-se, basicamente, às custas do campesinato que é mantido como forma subordinada de produção. (COSTA, 2012, p. 211).

A integração à cadeia produtiva dessa oleaginosa tem sido uma das formas de viabilidade desse empreendimento, via pela qual se dá a monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 2015)

A monopolização do território se dá através das empresas de comercialização (*trading companies*) e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que não produzem diretamente no campo, porém, controlam através de mecanismos de subordinação, a produção dos camponeses e dos capitalistas produtores do campo. Estas empresas monopolistas mundiais operam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo. Esse processo forma o controle monopolístico do território (*monopolistic control of the territory*), ou seja, as empresas monopolizam a circulação das mercadorias sem ter a necessidade de territorializar os monopólios, ou seja, não precisam aplicar capital para tornarem-se proprietárias de terras. Isto quer dizer também, que estabelecem alianças de classes entre aqueles que produzem de fato no campo, geralmente os nacionais, e, aqueles que fazem estas mercadorias circularem pelo mundo. Assim, os proprietários de terras e os capitalistas aliam-se a empresas mundiais de diferentes setores sejam nacionais ou estrangeiras (OLIVEIRA, 2015, p. 242-243).

Importante salientar que essa integração, que dá as bases da monopolização do território e corresponde à uma estratégia de enriquecimento do setor, também tem se caracterizado pelo monopólio da exploração, e em certo nível um controle, do trabalho de toda família.

Essa relação entre as empresas e o campesinato local, estabelece a subordinação, o comprometimento da autonomia camponesa e a extração da renda da terra das unidades de produção familiar camponesas. Esses fenômenos dão bases para entender que a reprodução capitalista se dá concomitante à (RE)Existência da classe camponesa, do trabalho de base familiar.



Entendemos o desenvolvimento do modo capitalista de produção como processo (contraditório) de reprodução ampliada do capital, e esta, como reprodução de formas sociais não-capitalista (embora dominada pela lógica do capital). É assim que esse modo de produção se nutre de realidades não-capitalistas, e essa desigualdade não pode ser entendida como incapacidade histórica de superação, mas sim demonstra as condições sociais recriadas pelo próprio desenvolvimento do modo capitalista de produção. É a marcha do seu desenvolvimento que redefine antigas relações de produção, subordinando-se à sua reprodução, engendrando relações não-capitalistas de produção igual e contraditoriamente necessárias a essa mesma reprodução. (OLIVEIRA, 1981, p. 55)

A subordinação do campesinato local aqui é entendida em duas frentes, primeiro é uma forma contraditória do desenvolvimento capitalista, como já visto, e, em segundo, está ligada a dependência que os camponeses criam em relação aos insumos, mudas, adubo, empréstimos bancários e assistência técnica que estão no pacote do projeto, todavia essa dependência está longe de fazer parte da constituição desse campesinato, portanto falamos de uma subordinação parcial.

Os camponeses produtores de agrocombustíveis têm pouca capacidade de intervenção no estabelecimento de preços forjados num contexto macroeconômico vinculado a esquemas globais de produção de mercadorias. A dependência de insumos, serviços, assistência técnica e conhecimentos produzidos por empresas capitalistas nacionais e internacionais também poderá ser responsável pela subordinação dos camponeses inseridos na cadeia produtiva de agroenergia. (FABRINI, 2010, p. 81)

Por sua vez, a autonomia na unidade doméstica é comprometida. O dendê exige um tempo próprio, o tempo da capina, o do rebaixo, o da adubação, o da colheita etc. A partir do terceiro ano quando o dendê começa a produzir, as datas das colheitas são marcadas pela empresa com o dia específico em que recolhe a produção, o que ocorre na maioria das vezes no intervalo de quinze dias. Ou seja, o que controla o tempo é o relógio da empresa.

O dendê tem dia certo né? O dendê tem porque é programado pela empresa, eles marcam o dia da gente colher, é aquele dia né? Quinze em quinze dias”. (R. M. Entrevistado em 05/07/2018).

Outro fator é a pressão sobre a mão-de-obra familiar e local, o surgimento de débitos antes inexistentes e a alteração da rotina de trabalho na unidade camponesa, são alguns exemplos de mudanças no cotidiano desses camponeses. É possível observar que tais mudanças não afetam somente as unidades integradas, de forma isolada, senão todo grupo doméstico ao entorno desses projetos. A comunidade camponesa, sendo o lugar por



excelência da convivência do grupo camponês, funciona como uma espécie de vitrine dessas mudanças.

Cabe destacar que no interior desse processo, o Estado desempenha um mero papel de regular da política. Depois de criar um verdadeiro mercado do agrocombustível no Brasil, o Estado relega o efetivo controle da política às empresas que dominam o mercado. Essa é uma tendência não só no Brasil, mas em outros países com áreas de dendê na América Latina (Castellanos-Navarrete, et al., 2021).

Entretanto, cabe salientar que apesar desse processo da agroindústria se propagandear como agente modernizador do campo, ele está longe de ser um consenso, distante de ser um processo hegemônico. Isso porque, no interior de seu desenvolvimento, a classe e a produção camponesa permanecem igualmente necessárias e indispensáveis para o capital que, a seu turno, se assenhora da renda da terra camponesa ao mesmo tempo em que o campesinato garante, contraditoriamente, sua recriação como classe social. Nesse sentido, a recriação camponesa compreende um processo contraditório interno ao desenvolvimento capitalista em que a produção do capital nunca decorre de relações especificamente capitalista (capital e trabalho assalariado) (OLIVEIRA, 1981).

[...] o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução. (MARTINS, 1996, p. 19-20)

O sistema de integração produtiva do dendê é uma forma que a indústria encontrou para expandir-se, sem que para isso precisasse comprar terras. Ao contrário, expande-se ao se apropriar da renda da terra e as formas familiares de produção camponesas ao mesmo tempo em que as submete a um ritmo produtivo da agroindústria (PICANÇO FILHO; MARIN, 2012; NOGUEIRA; JESUS, 2013).

O processo de recriação camponesa se insere nesse contexto de produção do capital com bases em relações não-tipicamente capitalistas, inscritas em uma parcela do território. Tal processo está em constante devir, em outras palavras, as condições e as contradições na produção do capital impõem à classe camponesa constantes adaptações.

A pesquisa revelou um processo de reordenação interna nos sítios pesquisados, com destaque a ampliação do papel da mulher camponesa, que passa também a direcionar os rumos da produção no sítio, a participar ativamente de associações, cooperativas e sindicatos



dos agricultores e agricultoras camponesas, a acessar créditos bancários, a assistir treinamentos, cursos e palestras relacionados a atividade agrícola, finanças etc.

O sítio camponês

Ao me referir ao sítio camponês, estou compreendendo-o enquanto uma unidade territorial de (re)produção da família camponesa. Seu uso enquanto fração do território se justifica diante da necessidade de se compreender as distintas maneiras e lógicas de apropriação do território, que são diferentes entre a classe camponesa e a classe capitalista.

Diante da insistência em permanecer na terra, mesmo enfrentando condições adversas, os camponeses buscam formas de se adaptar e essas mudanças que podem ser observadas dentro da própria unidade familiar.

Os sítios têm, historicamente, passado por mudanças internas em face dos ditames das grandes propriedades capitalistas e pelo uso do território que esses empreendimentos fazem, muda-se o que é produzido (WOORTMANN, 1981), divide-se as terras (MOURA, 1986), inaugura-se outras relações laborais, como o trabalho acessório, por exemplo (TAVARES DOS SANTOS, 1984), entre outras. E, mesmo assim, diante de todas essas mudanças, o sítio camponês mantém sua unidade fundada na prática econômica familiar e dela se retroalimenta.

[...] o sítio é um sistema de partes articuladas. O conhecimento camponês orienta no sentido de procurar construir seu sítio num sistema fechado de insumos-produtos em que cada parte produz elementos necessários à outra parte. O sítio em seu conjunto produz simultaneamente elementos de consumo direto e de renda monetária para o grupo doméstico que, por sua vez, provê a força de trabalho necessária ao funcionamento desse sistema. (WOORTMANN, 1981, pp. 200-201)

Cabe destacar que o número de sítios integrados efetivamente à cadeia do dendê em todo o Nordeste Paraense foi menor do que o estimado inicialmente pelas empresas envolvidas. Isso denota uma certa forma de resistência dessas famílias em adentrar nessa cadeia de produção, o que para muitos camponeses é uma forma de aprisionamento, dado os imperativos contratuais.

Logo que começaram a fazer parte dessa cadeia, esses sítios passam a se integrar de forma mais direta ao mercado capitalista, todavia sem assumir uma organização produtiva condizente com a capitalista, uma vez que essa inserção se dá de maneira subordinada no âmbito da sujeição da renda da terra ao capital.



Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, ao mesmo que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital (MARTINS, 1996, p. 26)

Aí está a relação paradoxal entre o campesinato e o capital, na sujeição da renda da terra, ponto chave para se compreender o que está acontecendo atualmente na Amazônia paraense em relação ao agronegócio do dendê. Coube aos sítios camponeses uma nova realidade a partir do momento em que parte de sua terra está “presa” à cadeia do dendê. Esse trocadilho se encaixa perfeitamente à nova realidade, pois significa uma perda da autonomia camponesa, de decidir o que e como plantar, a terra está ocupada pela monocultura da palma e os imperativos produtivos determinado pela empresa afetam esse controle efetivo do processo produtivo (MACEDO; SOUSA, 2015) e do ritmo de trabalho, aspecto muito caro ao campesinato (BOMBARDI, 2004)

Eu tô arrependido de ter feito esse projeto porque estragou a minha terra, estragou a minha terra, [...] a área que está o dendê eu plantava mandioca, plantava maniva, plantava meu arrozinho. [...] eu já trabalhei até bastante (no dendê), agora parei. Tenho tanta fé em Deus no pai do céu que vai levando o dia de hoje que num vai deixar eu gastar um minuto lá (trabalhando no dendê). Me dá é raiva quando eu passo todo o dia que eu vou pra minha rocinha eu passo por dentro dele (dendezal), me dá raiva de olhar, não gostei não. (Entrevistado J. M. E. entrevista realizada em 23/01/2018)

Outro destaque, para entender a dinâmica do sítio camponês nessa região, é o papel que as mulheres vêm exercendo mais recentemente. Durante a pesquisa de campo em comunidades camponesas de Tomé-Açu, me foi relatado que o papel da mulher na unidade camponesa foi alargado, em comparação com períodos anteriores à integração com a agroindústria. Pude perceber a presença feminina nos sindicatos, nas igrejas, nas escolas, nas associações e cooperativas. Em alguns casos o sítio camponês é comando pela mulher, é ela quem determina a estrutura e o funcionamento da unidade de produção. No que concerne à integração com as indústrias de dendê, muitas mulheres camponesas têm seus nomes associados aos contratos de fornecimento dessa oleaginosa, levando-as a fazerem cursos e treinamentos diversos sobre temas como: empreendedorismo, cooperativismo etc. Isso leva a mulher a outros caminhos, não mais somente da casa para a roça ou para o quintal, agora também da casa ao banco ou da casa para uma reunião na cooperativa da qual faz parte.



A partir dos acontecimentos dos séculos XX e XXI é que as comunidades camponesas demonstram uma real habilidade para se ajustar a novas condições e também uma grande flexibilidade para encontrar novas formas de se adaptar e ganhar a vida. Em alguns lugares, há comunidades de camponeses que hoje vivem principalmente do turismo. Há lugares onde as comunidades camponesas ganham a vida com novos métodos de produção e, em outros, os camponeses ganham a vida por meio da combinação do trabalho camponês e do trabalho não-camponês (SHANIN, 1980, p. 24 – 25)

Essa nova dinâmica levou os camponeses investigados a criarem uma associação dos produtores de dendê com o objetivo de buscar melhores condições produtivas junto as empresas de palma, bem como a fundar uma cooperativa com o intuito que fortalecer a produção de culturas praticadas mesmo antes dos projetos do dendê, como a fruticultura e de buscar parcerias com outras instituições para tentar trazer melhoria para todos os cooperados. Dessa maneira, o sentido de comunidade é fortalecido à medida que todos trabalham e se dedicam as ações desenvolvidas pela cooperativa com o objetivo de garantir renda às famílias. Assim, é imperativo ter um olhar mais atento as novas formas de existência da classe camponesa no Nordeste Paraense, notadamente no que diz respeito à especificidade desempenhada pelo sítio camponês diante do avanço das formas capitalistas na agricultura da região.

Considerações finais

Não é possível pensar a existência do sítio camponês sem a produção fruto do trabalho familiar. As mudanças impostas pela integração de sítios camponeses à cadeia produtiva do dendê na Amazônia, provocaram, em um estágio inicial, um certo impacto que ao longo das últimas décadas vem mostrando seus efeitos, esses sim, mais duradouros; e consistem em uma readequação da produção e do trabalho familiar camponês no interior de suas unidades territoriais, o que pode ser considerado um rearranjo dos sítios camponeses em função do ordenamento que os empreendimentos capitalistas exercem sobre o território. Não se observa em tal rearranjo, uma desintegração desses sítios, isto porque as dimensões sociais que envolvem a produção, como a troca de dias, o mutirão etc. e o trabalho familiar sem mantém enquanto uma unidade articulada capaz de dar respostas às mudanças que se acercam.

Os sítios não se convertem em meros lotes de terra, os camponeses se inserem em novas relações de trabalho e têm sua rotina alterada, a mulher passa a ter um papel proeminente, mais do que já tivera. A unidade territorial camponesa continua fazendo parte,



como subordinada, das relações capitalista, mantendo sua terra que se qualifica pelo seu uso com o trabalho de sua família.

Outro aspecto observado é o uso dos agrotóxicos no dendê, que é uma *condição sine qua non* do seu desenvolvimento. A maioria dos camponeses integrados à cadeia do dendê não se dão conta do perigo do uso inadequado, sem equipamento de proteção e desconhecimento dos males que podem provocar (CHAVES; MAGALHÃES, 2021). Os autores afirmam que mesmo que alguns tenham conhecimento sobre os efeitos nocivos do uso de agrotóxicos, continuam utilizando de forma inadequada por não terem condições materiais de seguir à risca as recomendações para a aplicação. Essa é uma questão urgente.

Finalmente, as limitações e as assimetrias impostas à classe camponesa são aspectos fundamentais a serem superados, afinal a persistência do modelo vigente tem intensificado as formas de sujeição da agricultura camponesa e a consolidação da agricultura capitalista na região. Dessa forma, é necessário que a recriação camponesa saia das brechas do desenvolvimento do capital, buscando se emancipar com graus crescentes de autonomia.

Referências

- ABRAPALMA. *Planilha de mapeamento da palma de óleo no Brasil*. Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma. 2014.
- ACEVEDO MARIN, R. E. Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX. *Paper do NAEA*, Belém, n. 153, p. 1-26, 2000.
- BECKER, B. K. Recuperação de áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo da palma de óleo (Dendê)?, *Confins* [Online], 10 | 2010.
- BOMBARDI, L. M. *O Bairro de Reforma Agrária*. Anablume, São Paulo, 2004.
- BRANDÃO, F.; SCHONEVELD, G. *The state of oil palm development in the Brazilian Amazon: Trends, value chain dynamics, and business models*. Bogor: CIFOR, 2015. 54 p. (Working paper, 198).
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Cartilha do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel*. 2011. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Biodiesel_Book_final_Low_Completo.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2018
- CASTELLANOS-NAVARRETE, et al. The impact of oil palm on rural livelihoods and tropical forest landscapes in Latin America. *Journal of Rural Studies*. Nº 81, 2021, pp. 294–304
- CHAVES, G; MAGALHÃES, S. B. Camponeses e agrotóxicos na Amazônia Oriental. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, UFPR, Vol. 58, p. 63-81, jul./dez. 2021
- COSTA, F. de A. *Economia Camponesa nas Fronteiras do Capitalismo: teoria e prática nos Estados Unidos e na Amazônia Brasileira*. Belém: NAEA, 2012



- CRUZ, B. E. V. da. *Territorialização e organização espacial do Grupo Agropalma*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.
- DAMIANI, SANDRA, *Impactos socioambientais do cultivo de dendê na Terra Indígena Turé-Mariquita no nordeste do Pará*. BRASÍLIA, 2017. 126 P.: IL Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília.
- FABRINI, J. E. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In.: SAQUET, M. A. & SANTOS, R. A. (ORGs.) *Geografia Agrária, território e desenvolvimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. (org.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-302.
- HOMMA, A. O. K.; VIEIRA, I. C. G. *Colóquio sobre dendezeiro: Prioridades de pesquisas econômicas, sociais e ambientais na Amazônia*. Amazônia: Ciência & Desenvolvimento, Belém, v. 8, n. 15, p. 79-90, jul./dez. 2012.
- LOUREIRO, V. R. *A Amazônia no século XXI – novas formas de desenvolvimento*. São Paulo: Editora Empório do Livro 2009.
- LUXEMBURG, R. *A acumulação do capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- MACEDO, C. O.; SOUSA, R. B. Novos projetos, velhas práticas: os impasses entre agricultura camponesa e agronegócio do dendê em terras amazônicas. *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, v. 19, n.1, p. 303-331, 2015.
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Portaria nº 81*, de 26 de novembro de 2014. Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão, manutenção e uso do Selo Combustível Social. Brasília: Diário Oficial da União, Poder Executivo, 27 nov. 2014.
- MARQUES, M. I. M. Geografia agrária crítica: um pouco de história. *GEOUSP – Espaço e Tempo* (Online), v. 22, n. 3, p. 504-514, dez. 2018. ISSN 2179-0892.
- MARTINS, J.S. *O Cativo da Terra*. 6a edição. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- MOURA, M. M. *Camponeses*. São Paulo: Editora Ática, 1986. (Princípios).
- NAHUM, J. S; SANTOS, C. dos SANTOS. Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, v. 9, n. 17, p. 469-485, abr., 2014.
- _____. Uma interpretação geográfica da dendeicultura na Amazônia paraense. *Revista da ANPEGE*, Dourados, v.11, n.15, p. 309-331, 2015.
- _____. Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI. *Revista NERA*. Presidente Prudente; Ano 20, nº. 37 pp. 54-76 Mai-Ago./2017
- NOGUEIRA, C. M.; JESUS, E. A pequena produção avícola familiar e o sistema de integração no oeste catarinense: uma prisão de portas abertas. *Caderno CRH*, Salvador, v. 26, n. 67, p. 123-138, 2013.
- OLIVEIRA, A. U. Agricultura e Indústria no Brasil. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n.58, São Paulo: AGB, 1981.



_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-110.

_____. *Os Agrocombustíveis e a produção de alimentos*. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12, 2008, Montevideu/Uruguai. Anais... Montevideu/Uruguai, 2008.

_____. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. *GEOUSP: espaço e tempo*, v. 19, 2015, p. 228-244.

OLIVEIRA NETO, A. C. *Territórios subordinados: análise da política de desenvolvimento territorial a partir da produção de óleo de palma pela Agropalma em assentamentos de reforma agrária no Pará*. Presidente Prudente: UNESP [s.n.], 2017. (Tese de doutorado).

PEIXOTO, A. M. M. *Políticas Públicas e Agricultura Camponesa: análise do PAA e do PNPB nos municípios de Ipameri e Jataí-GO*. 2016. 235 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2016.

PICANÇO FILHO, A. F.; MARIN, J. O. B. Contratos de fornecimento de cana-de-açúcar: as assimetrias de poder entre os agentes. *Interações*, Campo Grande, v. 13, n. 2, p. 191-202, 2012.

SAMPAIO, I. C. *A agricultura familiar e a agroindústria do dendê no Município de Tomé-Açu (PA): efeitos da agricultura por contrato na produção e no trabalho familiar*. 2014. 197 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SOUSA, R. B. *Recriação camponesa e o agronegócio do dendê no Nordeste Paraense*. 2018. 349 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Programa de Pós-graduação em Geografia – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. In.: HUMPHREY, J. et al. (ORGs.). *Trabalho e dominação*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1980.

TAVARES DOS SANTOS, J. *Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. 2ª ed. Editora Hucitec, São Paulo, 1984.

THURY, J. P. C.; RIBEIRO, E. R. F. Tensões territoriais: o encontro e os conflitos na aldeia dos Tembé Turé-Mariquita em Tomé-Açu, Pará. *Boletim Amazônico de Geografia*, Belém, v. 03, n. 05, p. 94-111. jan./jun. 2016.

WOORTMANN, Ellen F. *O sítio camponês*. 1981. p. 164 - 203. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6194/7798> Acessado em 31/01/2021